

PARTÍCULAS DO MESSIAS: O BOLSONARISMO COMO NEOFASCISMO

PARTICLES OF THE MESSIAH: BOLSONARISM AS NEOFASCISM

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça

Professor associado e titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). Autor de, entre outras obras, *Trotsky e a revolução permanente: história de um conceito chave* (Garamond, 2014).

RESUMO

Este trabalho busca, tomando como base alguns autores clássicos que trabalharam a relação entre capitalismo e democracia, entender o caráter do bolsonarismo como fenômeno político, através de um enfoque histórico comparativo.

Palavras-chave: bolsonarismo; história do Brasil; democracia; capitalismo.

ABSTRACT

This paper intends, out of a rereading of some classic works on the relation between capitalism and democracy, to study the character of bolsonarismo as a political phenomenon out of a comparative historical analysis.

Keywords: bolsonarism; brazilian history; democracy; capitalism.

Introdução: fascismo e modernidade

Se o consenso político transatlântico do pós-guerra foi extremamente bem-sucedido em relegar o fascismo durante mais de 30 anos à faixa lunática da política, foi em parte por tê-lo identificado à *antimodernidade* burguesa e com o desenvolvimento capitalista tardio.

Tomando, quase ao acaso, a literatura estadunidense dos anos 1970 sobre teorias comparativas de desenvolvimento capitalista, encontramos, no politólogo Barrington Moore, a redução esquemática da Modernidade a um processo de *mercantilização* da vida social e política, a redução da riqueza social a “uma enorme coleção de mercadorias” (Marx, 2013, p. 113) – o que permitia à burguesia emergente dotar-se de uma base econômica “independente” (i. e., desconectada do privilégio estamental) à sua atividade política; o que permitiria, a essa mesma burguesia, sobre determinar o conteúdo da democracia liberal-burguesa como livre concorrência, a partir tão somente de recursos materiais. Tal processo de modernização política, no entanto, encontrará a resistência dos interesses privilegiados já estabelecidos: seja o da grande propriedade aristocrática, seja o da propriedade camponesa.

Onde a burguesia não conseguir impor a simples lógica concorrencial ao processo de desenvolvimento político, tem-se duas alternativas. Ou uma modernização “por cima”, na qual a aristocracia fundiária subordinará o processo de modernização econômica às próprias necessidades políticas – impondo um regime fascista no qual a burguesia propriamente dita ficaria reduzida a uma função subordinada –, ou, na ausência de uma modernização autoritária exitosa, ter-se-ia uma explosão revolucionária “de baixo” – em que o campesinato seria a mola mestra –, seguida por uma modernização socialista na qual *todas* as classes proprietárias (inclusive o campesinato) seriam ladeadas e aniquiladas (Moore, 1973).

A disjuntiva, aqui, é clara: o caminho desejável é o de uma Modernidade “fluida”, fundada na livre concorrência entre capitais, de um lado, e da generalização do trabalho assalariado, de outro – aquilo que um contemporâneo de Moore chama de aliança tácita entre uma burguesia modernizadora e uma classe operária como “grupo estável, confiável [sic] e disciplinado [sic] que tenha cortado [sic] o cordão umbilical que o ligava à terra e se adaptado [sic] ao trabalho em fábricas” (Gerschenkron, 2015, p. 71) – e, com tal Modernidade, a possibilidade de uma democratização isonômica, fundada no “a cada um, na medida dos seus recursos reais”. Existindo uma distribuição de recursos econômicos suficientemente igualitária entre os agentes políticos, que torne os custos da repressão autocrática elevados o suficiente para que os agentes emergentes possam “comprar” a tolerância dos sujeitos hegemônicos já estabelecidos, ter-se-á uma ordem democrático-liberal estável, na qual as decisões são tomadas pela busca de soluções consensuais (Dahl, 2015). Mais ainda: no capitalismo tardio, a própria intervenção estatal dos sujeitos hegemônicos far-se-ia tendo em vista menos a repressão do que o *abrandamento* do conflito de classe, por meio de “uma política compensatória que assegura a lealdade das massas assalariadas” (Habermas, 2014, p. 112).

Como a concebem os autores *mainstream* das décadas de 1960 e 1970, essa Modernidade burguesa tardia – a do *Welfare State* e do capitalismo regulado – só admitiria uma única alternativa: uma Modernidade heteronômica, fascista ou socialista, fundada no privilégio estamental ou de classe. Liberalismo da Guerra Fria, claro; mas o grande golpe de força desta análise está precisamente em identificar o liberalismo pragmático da época do *Welfare State* com o discurso filosófico da Modernidade, relegando o fascismo e o socialismo à posição de reações antimodernas a tal discurso.

Inclusive, se tal identificação do fascismo e da extrema direita em geral com o “atraso” chegou a adquirir um caráter de ideia recebida, de senso comum, tal se deve, em parte, ao fato de esta análise liberal coincidir com o marxismo economicista, que – no dizer do contemporâneo de Moore, Gerschenkron e Poulantzas – escamoteia a luta de classes ao reduzir o processo histórico ao mecanicismo econômico, esquecendo que, para Marx, o processo econômico é uma tendência, sobredeterminada “pela luta de classes, que detém o primado [do processo histórico]” (Poulantzas, 1978, p. 43). Na vulgata marxista da Frente Popular dos anos 1930 – perpetuada na Guerra Fria pela participação dos partidos comunistas da Europa ocidental na política de gestão do Estado de Bem-estar Social – o fascismo é tido como – na expressão famosa de Dimitrov – a representação dos segmentos *mais reacionários* da burguesia: “a ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (Dimitrov, [1935]), em oposição a uma burguesia reconciliada a uma democracia liberal reformista e “avançada”.

Assim, se a emergência do neofascismo como movimento de massa nos pegou desprevenidos, tal se deveu, em grande parte, à fetichização da democracia liberal-burguesa como a democracia em si, *sans phrase*. Uma concepção que remontaria no mínimo a Hegel, que, ao abandonar a idealização juvenil da Revolução Francesa como o milagre da renovação ilusória da liberdade democrática dos antigos (Lukács, 2018), pensou, mais tarde, na interdependência econômica como passagem da necessidade individual à liberdade expressa no Estado burguês unificado (Lukács, 2018) – quando essa concepção do Estado como sujeito unitário escamoteia que a democracia burguesa é tão sobredeterminada pelo capitalismo quanto a democracia antiga o era pelo escravismo.

Numa obra escrita “a quente” por Gerschenkron (1943) como consultor do governo dos Estados Unidos – durante a virada estratégica da Segunda Guerra Mundial e com a desnazificação já no horizonte imediato –, o fascismo é descrito como um “mecanismo de defesa” freudiano, como resultado da hostilidade antidemocrática de grupos sociais que tinham mais a perder com a livre concorrência *enquanto tal*. Como diz o autor: mesmo anos de prosperidade, como o final da década de 1920, foram politicamente períodos de profunda intranquilidade para os pequenos proprietários alemães e austríacos – os quais se constituiriam como “núcleo duro” de seus movimentos fascistas nativos, seja o nacional-socialismo, seja o

fascismo clerical de Dolfüss (Gerschenkron, 1943). A existência de um bloco econômico protecionista, que reunia latifundiários e pequenos produtores, funcionava como *locus* político de um bloco autárquico em que florescia a mentalidade de fortaleza sitiada, o culto à autoridade, o corporativismo e o antisemitismo como expressão fenomenológica da oposição ao Outro (Gerschenkron, 1943).

O conceito do “mecanismo de defesa” é até hoje de uso bastante comum. Como veremos, Trotsky descreverá a base pequeno-burguesa do nazismo como “lastro morto da História”, do mesmo modo que um jornalista brasileiro descreverá o bolsonarismo como expressão política, primariamente, dos operadores da ditadura “deixados para trás” pelas altas patentes no rastro da redemocratização – gente que havia feito carreira no “porão” e que aspirava ao reconhecimento dos bons serviços prestados (Manso, 2020). Há toda uma literatura anedótica sobre o neofascismo contemporâneo que o descreve como coisa de adolescentes sexualmente frustrados, com seus rancores misóginos aquecidos ao rubro na internet, desempregados crônicos dos cinturões da ferrugem, xenófobos ressentidos, idosos que saem de suas rodinhas de bocha, jogo de damas e carteado, e tomam a rua vestidos de camisolas da CBF¹ para compensar sua invisibilidade social pela prática da (na expressão de uma *charge* de Ricardo Coimbra) “desobediência senil”, etc. Em uma palavra: tudo e todos que puderem ser reduzidos ao brocado dos antigos comerciantes lusitanos: “quem não tem competência não se estabelece”. Apenas, essa concentração no anedótico e no sintomático acaba por ocultar o fato de que a *epigênese* do neofascismo – seu processo evolutivo causal – é, ainda em grande parte, obscura.

Já que se falou em Freud – lembremo-nos da piada de Karl Kraus: tal explicação do fascismo como saldo e resto a pagar da Modernidade burguesa é “a própria doença que quer curar”. Querer colocar como “neves d’antanho” o que é expressão de uma tendência *presente* é querer não enfrentar o fenômeno, é esperar que ele feneça pela simples passagem do tempo.

O fascismo como passado insuperado – ou não

Num trabalho recente, publicado no primeiro ano do governo Bolsonaro, Lilia Schwarcz (2019) fala da tendência da nossa história oficial, desde o século XIX, de fazer um armistício com o passado, negando contradições e fabricando superações (no sentido hegeliano de *Aufhebung*) inexistentes. Pode-se, no entanto, entender diversamente: o problema aqui seria menos o de negar as contradições e muito mais o de reconhecê-las apenas para localizá-las no passado, de forma a desresponsabilizar o presente pela via de uma jeremiada *ready made* – “Pecaram nossos pais, e já não existem, e sobre nós caíram os castigos de suas iniquidades” (Lamentações 5,7). Em termos materialistas, é a noção do passado como espectro que pesa sobre o cérebro das gerações presentes (Marx, 1977), do “morto” que “toma” ao vivo, *le mort saisit le vif*. E efetivamente tal

¹ Silga da Confederação Brasileira de Futebol.

mecanismo de defesa existe: recorrer às recordações do passado é uma forma de lidar com o presente de modo reconhecível. É o que faz Safatle (2022), por exemplo, tentar explicar o bolsonarismo em termos de uma tradição fascista que começaria nos anos 1930 e no integralismo.

Ocorre, no entanto, que o mecanismo de defesa é também uma forma de não perceber o que o presente tem de *novo* – não apenas no sentido do absolutamente inédito, mas de *aprofundamento* das contradições herdadas do passado. É o que exige, talvez, uma leitura do passado a partir do presente, e não o inverso – inclusive como maneira de os vivos assumirem suas responsabilidades próprias. A identificação do bolsonarismo com o integralismo negligencia que, não só o integralismo jamais chegaria ao poder (e, após o *putsch* falhado de 1938, ele assumiu um papel residual na constelação reacionária, com Plínio Salgado terminando sua carreira, nos anos 1970, como um operativo menor da ditadura militar), como também o fato de que o ideal integralista era fundamentalmente *regressivo* (Chasin, 1978), muito similar ao reacionarismo esclerosado do salazarismo, e nada continha que deixasse entrever o neoliberalismo radical e agressivamente *lumpen* do bolsonarismo, assim como sua violência endêmica. Um artigo anônimo de 1937, publicado na imprensa clandestina trotskista, descreve *pari passu* o papel do integralismo de forma mais exata, oposta à sua superestimação *ex post*: com todas as suas pretensões “filosóficas” – que seriam analisadas detalhadamente por Benzaquem de Araújo (1988) –, o papel político *real* dos seguidores de Plínio Salgado jamais ultrapassaria o de uma formação paramilitar de policiais auxiliares e delatores profissionais (Abramo; Karepovs, 2015) e seu golpe de mão de 1938 não chegou remotamente perto do caráter multitudinário e da ferocidade destrutiva e perversa do golpe de 8 de janeiro de 2023.

Fazer um trabalho acadêmico de conjuntura, num momento em que as fontes estão ainda em constituição, exige o recurso à bibliografia já consagrada – e produz uma tendência para projetar o passado para dentro do presente. Daí a necessidade, em semelhantes condições, de recorrer a um módico de sensibilidade para perceber, do presente, aquilo que lhe é próprio e novo – por mais que tenha suas raízes no passado.

Na literatura dos anos 1960 e 1970, a epigênese do fascismo histórico era encontrada basicamente na não resolução da *questão fundiária* no interior da via prussiana. O latifúndio feudal – e sua dependência camponesa de médios e grandes fazendeiros arrendatários – conseguem subtrair-se ao processo de acumulação primitiva, mediante uma aliança com o grande capital industrial que se consubstancia numa política protecionista e autárquica – o casamento entre “o ferro e o centeio”, que, se houvesse se consumado nos Estados Unidos do século XIX entre o “aço e o algodão”, daria uma sobrevida à escravidão e ao latifúndio sulistas, impedindo a emergência de uma democracia liberal-burguesa *strictu sensu*, fundada na igualdade formal e não sobre o privilégio e a franquia (Moore, 1973). Em tal caso, mesmo quando o latifúndio escravista entrasse em decadência, ele o faria – como no Brasil de fins do século XVIII,

como descrito em 1959 por Nelson Werneck Sodré – pela redução do elemento livre a uma condição de servidão e dependência (Sodré, 1960), na qual o latifúndio decadente terminaria por ser protegido pelo poder público como portador de uma base eleitoral de dependentes (Leal, 2012). A ideia, aqui, é a do fascismo como expressão de uma coalizão de classes e frações de classe *antimodernas*. Uma formulação semelhante a encontrada em Paxton: o fascismo como expressão de um desenvolvimento capitalista tardio ou prejudicado, não de um capitalismo triunfante (Paxton, 2004).

Temos, no entanto, um problema admitido claramente por Moore e Gerschenkron – entre outros: a redução do processo de modernização burguesa a um único tipo ideal – e a um único *set* de mecanismos históricos – é algo que já foi tentado várias vezes e sem muito sucesso (Moore, 1978). A verdade – diz Gerschenkron (2015) – é que, quando selecionamos *determinadas* evidências históricas para constituição de um modelo (quando pensamos num modelo de modernização econômica a partir da história do Reino Unido e dos Estados Unidos em comparação à Alemanha, e negligenciamos, e. g., a experiência da Polônia ou da Coreia do Norte) “somos sempre deterministas”; representamos nossa fatia da realidade como uma sequência necessária de eventos (Gerschenkron, 2015).

Como lembra Gerschenkron (2015), a idealização do mundo agrário e camponês que legitimava as políticas do ferro e centeio na Alemanha novecentista era muito mais uma *ideologia* reacionária *ad hoc* do que a consequência necessária de determinada política de desenvolvimento. Na Dinamarca contemporânea, a preservação dos interesses agrários foi realizada pela via do desenvolvimento de cooperativas camponesas e da agricultura intensiva, e funcionou como base do desenvolvimento de uma **radicalidade democrática**, não do reacionarismo (Gerschenkron, 1943). Opostamente, a retórica de “sangue e solo” do nazismo, seu “irracionalismo agrário”, era muito mais uma ferramenta “a mais” de sua caixa ideológica do que uma expressão de suas principais bases sociais – que se encontravam muito mais na pequena burguesia urbana e na Academia do que num campesinato com o qual o nacional-socialismo mantinha uma relação basicamente de manipulação, não de cooperação genuína (Bracher, 1991).

De qualquer modo, o fato é que querer entender o neofascismo de hoje, principalmente a partir da evolução histórica pretérita de seus antecessores é, como se viu, não conseguir entender **nada**; as realidades históricas mudaram completamente. A política da “idiotia rural”, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, ainda (por quanto tempo, aliás?) pode garantir vitórias eleitorais regionais, retardar acordos de livre comércio, passar leis de caça que facilitem matar lobos e ursos impunemente; mas não tem como ser a base de um projeto político nacional.

Nas condições brasileiras do primeiro terço do século XXI – em que o agronegócio, com a mecanização da agricultura, substituiu o ser humano por campos de soja e rebanhos de zebuíños, tornando a reforma agrária uma causa de nicho (e os aposentados nordestinos do

Funrural em base eleitoral do PT²) – essa explicação do presente pelo passado tem necessariamente de se apoiar em outras bases. A literatura mais recente tenta explicar o bolsonarismo como uma sobrevivência do aparato repressivo da ditadura militar e de sua necropolítica: como uma “revolução de capatazes” buscando compensações por serviços de controle social prestados, passados e presentes – “o casamento da subjetividade miliciana com a [...] neoliberal, turbinada pela teologia da prosperidade neopentecostal” (Guéron, 2022, p. 27). Apenas, estes agentes político-ideológicos – militares e policiais, pastores evangélicos e suas ovelhas – sempre estiveram aí desde a redemocratização de 1985; e não parecia, no Brasil neoliberal dos anos 1990 até o final dos anos 2010, que pudessem chegar ao centro do Poder. Muito pelo contrário: o que se pensava era que o neoliberalismo se manteria no poder, principalmente por meios *consensuais*, por uma combinação de neoliberalismo com gestão social, que garantiria o confinamento da vida política a um bipartidarismo PT × PSDB³ que expressaria um “fim da História” – uma fetichização da democracia liberal-burguesa como um *nec plus ultra*, em que todas as contradições eram aplainadas numa informidade sem gosto (Safatle, 2022).

A emergência do bolsonarismo teve um caráter de portento, de raio no céu azul – quanto mais porque seu líder, à diferença de Hitler e Mussolini, que entraram na vida política, desde o início, buscando a *summa potestas* –, que emergiu tarde de uma dormência de décadas como político solo: “não se enturmava, não buscava alianças [...] agia como franco atirador [...]. Foi um representante dos militares e policiais. Atuava como um sindicalista que não se importava de usar armas sujas” (Manso, 2020, p. 268).

Em todo tiozão do pavê, uma partícula do Messias

Que uma figura tão sem credenciais, agindo na interface entre a política institucional e o lumpesinato – um Napoleão III sem o tio – tivesse sido catapultada a uma posição insigne para a qual nada o anunciava, remete ao texto de Trotsky, de 1933, sobre a natureza do nacional-socialismo. Como lembrava o revolucionário russo, nenhuma liderança política existe “em” si mesma, por força de uma inércia histórica, como mero reflexo passivo da base material: “o líder é sempre uma relação entre pessoas, uma oferta individual dirigida a uma demanda coletiva. Uma controvérsia sobre Hitler tornar-se-á tanto mais insolúvel quanto mais se procurar o segredo do seu sucesso nele mesmo” (Trotsky, 1977, p. 399). Os sucessos de Hitler e Bolsonaro devem ser explicados não em termos de individualidades ou de sobrevivências pretéritas, mas em termos das **demandas sociais presentes** que eles foram chamados a preencher. Inclusive porque ambos representam, como indivíduos, a potência da irrupção do **anônimo** na História. Na frase imortal de Trotsky: “nem todo pequeno burguês exasperado poderia tornar-se Hitler,

² Sigla do Partido dos Trabalhadores.

³ Sigla do Partido da Social Democracia Brasileira.

mas há uma partícula de Hitler alojada em cada pequeno-burguês exasperado” (Trotsky, 1977, p. 399), “partícula”, aqui, num sentido até próximo ao da liturgia eucarística católica: o de uma substância que se superpõe às aparências e acidentes e as supera. Naturalmente, aqui, a substância é o material: a necessidade de uma classe concreta dentro da sua circunstância histórica.

O artigo de Trotsky, escrito em Constantinopla e sob o choque da instalação do regime nazista como ditadura aberta (junho de 1933) começa seu segundo parágrafo falando da fenomenologia da luta de classes no capitalismo e sobre o papel pivotal nela desempenhado pela pequena burguesia. Pois esta, contrariamente à vulgata marxista da social-democracia, não havia sido aniquilada pelo desenvolvimento capitalista alemão. Se esse desenvolvimento havia aniquilado alguns estratos dessa classe, havia, ao mesmo tempo, criado outros, inteiramente novos: “em torno das fábricas, artesãos [terceirizados?] e lojistas” – funções produtivas anciares do grande capital –; e, “dentro da fábrica, técnicos e executivos” – funções improdutivas (pois incapazes de gerarem trabalho excedente) (Marx, 1978, p. 207-213), mas referidas ao controle e à administração externos do processo produtivo; o que chamaríamos hoje de funções gerenciais (Trotsky, 1977).

Apenas – acrescenta Trotsky – essa “nova” pequeno burguesia não se encontra – como artesãos e camponeses familiares – sob a dependência indireta do capital, mas sob sua dependência **direta**, sendo parte de um processo produtivo integrado: a pequena burguesia, mesmo com um recrutamento líquido positivo, pagou sua sobrevivência vivendo “na periferia da grande indústria e do sistema financeiro, nutrindo-se das migalhas da mesa dos monopólios e cartéis, [assim como] das esmolas espirituais de seus teóricos [ideólogos?] e políticos profissionais” (Trotsky, 1977, p. 399).

“Ναι, κύριε, καὶ γὰρ τὰ κυνάρια ἐσθίει ἀπὸ τῶν ψιχίων τῶν πιπτόντων ἀπὸ τῆς τραπέζης τῶν κυρίων αὐτῶν” – versão original em grego de “Certamente, Senhor, [...]; mas os cachorrinhos ao menos comem as migalhas que caem da mesa de seus donos” (São Mateus 15,27) –, diz o Evangelho, no que é claramente uma metáfora de **reconhecimento** do Outro generalizado (Honneth, 2003). Trotsky, no entanto – que não foi nem evangelista, nem Axel Honneth –, considerava que o preço que a pequena burguesia do século XX pagou por sua sobrevivência e seu reconhecimento foi o da **dependência** diante da burguesia e do capital monopolista – e daí seu ressentimento latente, sempre prestes a se manifestar quando as circunstâncias propícias se apresentam. Como Trotsky já notara num outro escrito, “a pequena burguesia, na sua generalidade, é uma classe explorada e oprimida” (Trotsky, 1977, p. 281) e sua relação normal com a burguesia não é de colaboração consensual, por conta de um interesse comum.

Mesmo quando o pequeno-burguês não se encontra numa condição que Marx já denominara “híbrida”, numa zona cinzenta entre ele e o proletariado em sentido estrito (como é o caso de grande parte dos pequenos produtores individuais e familiares – do oxímoro

legislativo que é o “empreendedor individual”), em que sofre a extração de um excedente propriamente econômico, ainda assim sua relação com a burguesia nada terá de harmônica. Mesmo quando chamado a prestar serviços não produtivos de gestão, administração, controle e legitimação, a atividade social do pequeno-burguês se faz ao preço de uma perda de agência autônoma; ele age “por conta” do interesse burguês. Acrescente-se que, do ponto de vista da burguesia, as funções exercidas pela pequena burguesia – da repressão policial à auditoria e gerência – podem ser absolutamente necessárias, mas são também, na maior parte, um **custo** não reembolsável –, pois não geram valor nem, portanto, mais-valia; constituem o que Marx chamava de *faux frais de production*. Nada mais natural, portanto, que a relação entre essas duas classes, mesmo em sua interface mais imediata no estrato superior da pequena burguesia, seja algo que se realiza, do ponto de vista burguês, de cima a baixo.

A coleira do cão

Nada mais lógico, portanto, que a pequena burguesia, por força de sua posição de representante da burguesia, veja-a “com ressentimento e, frequentemente, ódio” (Trotsky, 1977, p. 281), e que a burguesia, por sua vez, sinta, por vezes, diante de tal representante, que o cão que ela pensava ter na guia se converteu num lobo que ela tenta conter, agarrando-o pelas orelhas, *lupum auribus tenere*. No dizer de Trotsky, a burguesia teme a pequena burguesia, mesmo quando se utiliza do seu apoio – “pois teme, muito corretamente, a tendência que esta tem de romper as barreiras que lhe foram traçadas desde cima” (Trotsky, 1977, p. 281). Os exemplos dessa relação friccional saltam aos olhos, e explicam o temor que a burguesia necessariamente sente diante de tais agentes putativos. Um exemplo bastará aqui: a descrição do que um dos biógrafos de Bolsonaro diz terem sido sempre as características morais mais salientes de seu biografado: “seu ódio era transparente, nunca dissimulou sua visão bélica, seu desprezo pelas leis e pelo estado de direito” (Manso, 2020, p. 268). Rancor, irascibilidade, boquirrotice e confiança inabalável na sua mediocridade intelectual – as mesmas características, segundo Trotsky (1977), que constituíram a base da carreira de Hitler.

Deformando *ad hoc* o brocado bolchevique do “elo mais fraco da cadeia”, o historiador estadunidense Paxton (2004) descreve a emergência do fascismo como o resultado de uma crise da hegemonia burguesa, assinalando que o fascismo europeu floresceu especialmente em sociedades onde ocorreu uma “ameaça vermelha” durante ou imediatamente após 1918 – nomeadamente a Itália, a Alemanha e a Hungria. Trotsky, escrevendo mais “a quente” no início dos 1930s, verá na emergência do fascismo uma consequência mais imediata de uma crise econômica e da necessidade da burguesia de abandonar uma hegemonia formalmente democrática e conservadora, em favor de um ajuste regressivo – aplicado mediante métodos próprios de uma guerra civil, e com a pequena burguesia como sua vanguarda – para preservar seu “direito de explorar” (Trotsky, 1977, p. 280).

Como em toda análise comparativa, faz-se necessário aqui discriminar entre os traços representativos e os acessórios. A crise hegemônica não é necessariamente uma crise econômica, ou um desafio diretamente político à hegemonia burguesa: como nota Paxton (2004), a emergência do fascismo na Bélgica, entre as duas guerras mundiais, foi impulsionada mais pelo conflito de nacionalidades (como nos Estados Unidos de hoje) do que pela luta de classes em sentido estrito. No caso brasileiro, a presença de um partido social-democrata de massa, dominado por uma burocracia fracamente reformista – algo que fora na Alemanha de 1918-1930 uma das chaves mestras do ajuste conservador que se seguiu à repressão do espartaquismo – foi algo sentido constantemente pela burguesia brasileira como uma ameaça direta a seu arranjo hegemônico. Seja como for, nenhuma burguesia, uma vez consolidada no poder, conforma-se de bom grado à perda de sua posição dominante no bloco hegemônico. Mesmo diante da necessidade de um ajuste regressivo, ela buscará realizá-lo através de lideranças autoritárias e/ou bonapartistas, porém, de preferência, escolhidas dentro da própria classe. Entre 1930 e 1933, antes de finalmente aceitar Hitler, a burguesia alemã fez nada menos de três tentativas desse tipo de arranjo (as chancelarias de Brüning, Von Papen e do “general social” Von Schleicher), e a burguesia brasileira buscou desembaraçar-se do PT, inicialmente, através do golpe parlamentar de 2016 e da “ponte para o futuro” do governo Temer. Por mais reacionária e vulgar que seja a figura escolhida (e. g., Donald Trump) para implementar tal arranjo, a burguesia estará disposta a acomodar-se a ela, sob a condição de preservar os prazeres do *entre soi*, do “entre nós nos entendemos”.

Um dos traços que tornam difícil, num primeiro momento, distinguir entre um bonapartismo reacionário e burguês e um regime propriamente fascista está no fato de que ambos – como assinalava Trotsky (1977) ao falar da ditadura polonesa de Piłsudski, instalada pelo golpe de estado de 1926 – lançam mão de recursos “plebeus”; muito especialmente, de **tropas de choque** recrutadas na pequena burguesia. Todo bonapartismo, desde Luiz Napoleão, terá sua “Sociedade do 2 de Dezembro”. Apenas, por mais importante que seja o papel de tais milícias lumpenizadas na tomada do poder, num regime reacionário convencional – ainda que extremo – elas estarão claramente subordinadas ao aparato de Estado do regime – cuja liderança terá um caráter de classe também claramente distinto de sua tropa de choque. Piłsudski era um aristocrata polonês empobrecido – e seu golpe de 1926 foi, antes de tudo, uma quartelada. Por mais que Trump tenha anistiado os implicados no assalto ao Capitólio de 6 de janeiro de 2021, a base do aparato repressivo de seu segundo governo reside – até o momento, pelo menos – em forças policiais regulares.

O que obscurece a distinção entre um regime bonapartista de extrema direita – mas ainda burguês em seu caráter de classe – e um regime fascista em senso estrito é o fato de que, em ambos os casos, **há sempre um movimento fascista presente**. E a razão disso está na situação de classe peculiar da pequena burguesia, que, por mais que inveje e odeie a burguesia, tenderá

espontaneamente a ver o mundo do ponto de vista do proprietário privado e, em condições normais, aceitar a hegemonia burguesa. Porém, “quando a crise social toma um caráter agudo, aparecerá em cena um partido político que terá a finalidade precípua de aquecer a pequena burguesia ao rubro, dirigindo seu ódio e desespero contra o Proletariado” (Trotsky, 1977, p. 284). Inclusive porque tal movimento nem precisa “aparecer”; ele pode ser mantido durante décadas em um estágio de latência, num casulo da faixa lunática da política, para dar um salto súbito à condição de movimento de massa, quando permitido – e exigido – pelas circunstâncias.

Na medida em que a pequena burguesia é a classe “negativa” por excelência, a classe que só se define pelo que **não é** (“já” não é o proletariado, mas “ainda” não é a burguesia), sua condição usual é a da **angústia** quotidiana. Ela aspira à acumulação de capital – ao mesmo tempo que antecipa e teme a proletarização. Toda família pequeno-burguesa, se suficientemente estendida, possui casos individuais para essas duas trajetórias possíveis, que levam seus membros a oscilarem entre a euforia e a inveja mais destrutiva. É claro que ela poderá sair de tal angústia por meio de um salto no desconhecido – por uma adesão consciente à causa proletária. Apenas, exatamente por ser o produto de uma elaboração necessariamente consciente, esse salto exige um longo processo de (re)educação política – que só pode ser oferecido por uma liderança contra-hegemônica desenvolvida. E essa liderança não pode ser a da esquerda reformista usual, já que esta trabalha sobre a perspectiva de uma **acomodação** à ordem burguesa – exatamente o que o pequeno-burguês, numa situação de crise, mais teme, já que essa acomodação significaria o “descer pelo ralo”. Na frase de Trotsky, em 1932: “a social-democracia ensina o proletário a ser um lacaio – e a pequena burguesia não seguirá um lacaio. A política do reformismo priva o proletariado da possibilidade de liderar as massas plebeias da pequena burguesia, e assim as converte em massa de manobra do fascismo” (Trotsky, 1977, p. 285). Uma esquerda que descarte, de saída e totalmente, o legado político das revoluções socialistas do século XX – em vez de elaborar sobre ele – se condene à impotência diante da maré alta do fascismo.

Retornando ao Trotsky de 1933 e ao nazismo como caso emblemático da ascensão fascista. Como lembra o revolucionário russo, o grande intelectual orgânico do fascismo do século XX foi Mussolini, que, sendo muito mais intelectualmente ousado e cínico do que seu êmulo alemão – além de dispor de um conhecimento de teoria marxista de que o êmulo carecia completamente –, pôde pensar conscientemente nas bases de classes de sua atividade política. No dizer de 1914 do futuro ditador italiano, a pequena burguesia, em condições normais, pode parecer um “corpo intermediário” da sociedade burguesa, seu tecido de ligação, que media entre as duas outras classes, harmonizando sua ação recíproca – quando, de fato, seu papel principal é o de, em momentos de crise, gravitar na direção de uma das classes básicas. Trotsky comenta:

[...] temos aqui uma generalização importante! Do mesmo modo como a Medicina científica nos habilita com a capacidade tanto de curar quanto de enviar alguém ao encontro dos seus avós pelo caminho mais curto, a análise

científica das relações de classe, concebida pelo seu criador como instrumento de mobilização do Proletariado, capacitou Mussolini [...] a mobilizar a classe média contra o Proletariado. (Trotsky, 1977, p. 402).

Tal seria, portanto, o núcleo verídico da ficção ideológica reacionária que equipara fascismo e bolchevismo: o fascismo é um bolchevismo – de ponta-cabeça, concebido como tal por um **trânsfuga** do movimento socialista.

Exatamente porque a pequena burguesia **não** é o “tecido conectivo” da sociedade burguesa, e sim uma corda em tensão entre burguesia e proletariado, é que o fascismo explorará, em momentos de crise capitalista, seu **ressentimento** basal, seu desejo de reconhecimento **frustrado**. Tendo a Alemanha como referência, Trotsky identificaria o núcleo duro do fascismo, precisamente nos oficiais de baixas e médias patentes, que, retornados do *front* após o Armistício de 1918:

condecorados por serviços distintos [...] não podiam crer que seu heroísmo [...] havia, não apenas terminado em derrota, mas sequer lhes garantira um qualquer direito à gratidão da Nação [...] No Yser e em Verdun, eles haviam aprendido a arriscar a própria vida e a de outrem, e a darem ordens, o que lhes garantia a reverência de outros pequeno-burgueses na retaguarda. (Trotsky, 1977, p. 400-401).

Tais indivíduos, investidos pela guerra de um capital de mando, adaptavam-se muito mal, seja a terem de falar no mesmo nível com os “de baixo”, seja também – e principalmente – “à possibilidade de serem recolocados, pelos banqueiros, industriais e ministros, nas suas antigas posições de contadores, engenheiros, postalistas e mestres-escolas” (Trotsky, 1977, p. 400).

O valor heurístico da análise de Trotsky está precisamente em rejeitar a análise do fascismo centrada em seu papel como reação “conservadora” ao presente – que é uma das maneiras como o fascismo justifica a si próprio, como resurreição de um passado supostamente glorioso (Mussolini presenteou a Prefeitura de São Paulo com uma cópia do Augusto de Prima Porta; e Hitler tinha um retrato de Frederico, o Grande em seu gabinete – e ninguém explica o fascismo e o nazismo a partir do Império Romano e da Prússia do século XVIII) – em favor de vê-lo como **contemporâneo**. Como lembra Roberto Schwarz (2020): se o regime militar de 1964 ainda podia começar a ser explicado em termos de um retorno do reprimido, de uma vingança de beatas de sacristia e bacharéis de província sobre pequeno-burgueses “avançados”, o bolsonarismo pouco tem desse tipo de reacionarismo rançoso:

a de-secularização da política, a teologia da prosperidade, as armas de fogo na vida civil, a burla dos radares de trânsito, o ódio aos trabalhadores organizados – não são costumes arcaicos de uma época desaparecida. São antissociais, mas vicejam no solo da sociedade contemporânea. (Schwarz, 2020, p. 32).

Se o nazismo é o produto de uma época em que experiências de batalha em Yser e Verdun faziam parte da memória dos vivos, o bolsonarismo, muito mais do que prolongar a nostalgia da ditadura militar de uma “tigrada” aposentada, é o produto das experiências concretas de quem considera que seus inimigos são “os negros, os pobres, os jovens, os moradores de favelas e os suspeitos de vender drogas” – “policiais, militares e paramilitares que matam em nome de causas que consideram justificáveis” (Manso, 2020, p. 270-271). Figuras estas cuja ascensão política é a consequência do apoio **presente** de uma pequena burguesia ressentida, excitada e insurgida (Trotsky, 1977).

Lamentavelmente, o fascismo é uma expressão da **resiliência** histórica da pequena burguesia, de sua capacidade de se recriar como classe nas mais diversas circunstâncias históricas da sociedade burguesa – e nem sempre de forma funcional. Ele é uma expressão do caráter **antissocial** dessa classe. Muito se fala do caráter corporativista e intervencionista do fascismo “clássico” para negar que o neofascismo – por furibundamente neoliberal – seja de fato um fascismo. Trotsky, falando do mais clássico dos fascismos, diz que o nacional-socialismo, por mais que negasse tanto o liberalismo clássico quanto o marxismo, em nome da unidade da nação como comunidade de “raça”, ainda assim estabelecia limites inultrapassáveis a seu “socialismo nacional”: “ao divinizar a Nação, o pequeno-burguês não deseja ceder-lhe nada. Pelo contrário: ele espera que a Nação lhe conceda a propriedade privada e o proteja tanto do operário quanto do oficial de justiça” (Trotsky, 1977, p. 404).

Há um romance de Arnold Zweig, *Das Beil von Wandsbek* [O machado de Wandsbek] (1947), no qual um açougueiro estabelecido no subúrbio (operário) da Hamburgo de 1937, meio falido e filiado ao NSDAP,⁴ aceita, mediante honorários significativos, atuar como carrasco substituto encarregado de decapitar quatro presos políticos – sob a condição de usar, em acréscimo ao fraque e à cartola usuais, uma máscara que o preserve da cólera muda, via boicote, dos seus vizinhos – o que não o impedirá, mais tarde, de ser extorquido pelos seus camaradas da SA,⁵ extorsão que apenas acelerará sua falência inevitável. Pois a lógica do capitalismo – “internacional quanto a seus laços e anônima quanto a seus métodos” – nada tem que fazer com o desejo pequeno-burguês de autopreservação, mesmo apoiado na convicção da superioridade racial. A ordem fascista nada mais pode ser do que a ordem liberal-burguesa – apenas purificada de quaisquer resquícios de liberdade política (Trotsky, 1977).

O caráter de classe, próprio de um regime fascista, está no fato, segundo Poulantzas (1978), de que a pequena burguesia lhe fornece seu **enquadramento político**: ela oferece ao regime suas lideranças e parte de seu pessoal político – que tende a se converter numa “burguesia de Estado” – assim como o principal de sua militância de base (Poulantzas, 1978). Especialmente

⁴ Siga do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista.

⁵ Sturmabteilung, tropa de choque nazista.

porque esse enquadramento não tem como se converter, de fato, numa dominação de classe: a pequena burguesia, como classe que “não existe” – no sentido lacaniano –, não é capaz de exercer tal dominação. Pela própria condição, ela não é capaz de governar **enquanto classe**. Ela pode governar através de seu caráter antissocial, atomizado; uma das características mais salientes do regime nazista era precisamente a ausência de qualquer órgão colegial funcional, de um “governo” propriamente dito; o Gabinete deixou de se reunir após 1937 (Bracher, 1991). O Poder Executivo, como ente coletivo coordenado por um chefe de governo, era substituído pela intervenção *ad hoc* – e infrequente – de Hitler. Ministérios e agências governamentais eram administrados como feudos dos seus titulares, mais ou menos inamovíveis – e permanentemente em conflito uns com os outros sobre a extensão de suas competências. Para um regime supostamente “socialista”, o nacional-socialismo carecia de qualquer **planejamento estratégico**.

Uma das dificuldades que tornam difícil diferenciar um regime autoritário extremo, mas ainda burguês, de um regime fascista é precisamente a indistinção do conteúdo de classe de sua atividade prática: o fascismo governa para o capital, mesmo que não seja um governo “do” capital (Paxton, 2004). Ele governa no interesse de tarefas que lhe são colocadas pela burguesia – muito especialmente, a de dispensá-la da presença de qualquer pressão reformista (Trotsky, 1977). Exatamente por isso, a linha divisória entre fascismo e autoritarismo, no que diz respeito ao caráter repressivo de ambos, é frequentemente imprecisa. Mesmo no que se refere às atrocidades e à necropolítica, é difícil, por exemplo, diferenciar as atrocidades das guerras coloniais do salazarismo das cometidas por Mussolini na Etiópia e na Líbia (Paxton, 2004), e as atrocidades do franquismo na Guerra Civil ultrapassaram de longe as atrocidades nazistas anteriores a 1939. No limite, pode-se dizer que existem governos **de** fascistas, mas não governos fascistas, já que o que tais governos publicitam é um programa irrealizável de ilusões pequeno-burguesas que jamais é descartado – apenas “separado da realidade e dissolvido em atos ritualísticos” (Trotsky, 1977, p. 406) – das paradas de tochas de 1933 aos cânticos patrióticos dirigidos a um pneumático (ou a ETs) de 2022 – numa constante fuga para a frente (como as famosas “mais 72 horas” utilizadas como estímulo das supracitadas manifestações golpistas de 2022), que escamoteia o fato de que a atividade real do governo é a de atender às demandas – do grande capital (Caetano, 2023).

De fato, talvez seja misto que resida o núcleo verídico da tese do “totalitarismo” de Hannah Arendt. No stalinismo – forma burocraticamente deformada da ditadura do proletariado – a esfera privada é fagocitada por uma esfera pública militarizada; o quotidiano se converte num cronograma de metas e quotas de produção a serem batidas. No fascismo, a mesma hipertrofia **aparente** da esfera pública oculta o fato de que esta foi colonizada, *ex ante* pelos interesses pequeno-burgueses mais mesquinhos. O comprometimento público com um projeto revolucionário dá lugar a “cerimônias de massa de afirmação e conformidade” (Paxton, 2004, p. 11). O fascismo apenas leva às

últimas consequências o que Habermas chamava de **degradação** da esfera pública sob a tirania da “opinião pública” burguesa (Habermas, 1984).

Vista “de perto”, a hoste fascista parece bem desprezível – “um exército de filhinhos de papai da burguesia, intelectuais, lojistas, operários desmoralizados, lumpenproletários etc.” (Trotsky, 1977, p.129), reunidos sob a leniência e com a conivência do aparato do Estado burguês. Como escrevia Trotsky em 1931, a base de massa do fascismo tem tanto valor quanto sua condição de classe enquanto tal: o grosso dos fascistas compõe-se de poeira humana pequeno-burguesa, desprovida do propósito comum que qualquer massa operária – em princípio – possui. Era o que permitia ao revolucionário russo escrever, há quase um século, que, se no prélio das urnas, mil votos comunistas são iguais a outros tantos votos fascistas, na luta revolucionária “mil operários de uma única fábrica representam uma força cem vezes maior que mil funcionários, empregados de escritório, suas mulheres e suas sogras” (Trotsky, 1977, p. 128). Ai! Noventa e quatro anos depois, no entanto, não há mais lugar para tanto otimismo: meio século de neoliberalismo, deslocalizações, terceirizações e precarização generalizada, fez valer suas consequências sobre a disciplina proletária com a qual Trotsky contava. Tanto mais porque são essas mesmas forças de uma acumulação capitalista “flexível” que empurram a “nova” pequena burguesia ao desespero e ao neofascismo.

É precisamente aqui que reside o valor heurístico maior das considerações do velho bolchevique sobre o fascismo: para ele, aquilo que distingue efetivamente um governo fascista de um qualquer governo autoritário e reacionário está no fato de que o fascismo não é um sistema de represálias pontuais e de repressão policial, por mais brutais que estas sejam:

o Fascismo é um sistema de governo particular, baseado no desenraizamento de qualquer elemento de Democracia proletária no interior da sociedade burguesa. Sua tarefa está não apenas na destruição da vanguarda comunista, mas na manutenção forçosa de uma classe inteira num estado de dispersão [tarefa para a qual não basta o assassinato das lideranças] [...] é necessário esmagar a todas as organizações voluntárias e independentes, todos os bastiões defensivos do proletariado. (Trotsky, 1977, p. 144, grifo nosso).

Não só o esmigalhamento da democracia liberal-burguesa, mas a aniquilação de toda e qualquer noção de esfera pública – a refundação da sociedade à imagem da poeira humana pequeno-burguesa. Um projeto descrito *ex post* – e bastante conforme ao estilo do seu emissor – no Brasil de 1999, como disse Jair Bolsonaro, “faze[r] o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar ele para fora não” (Bolsonaro *apud* Manso, 2020, p. 270).

Temos então que, *primo*, o neofascismo é uma força política **presente**, que resulta, *secundo*, do desejo de uma pequena burguesia de sobreviver, desesperadamente e a qualquer custo, à ordem neoliberal, e que, *tertiº*, essa classe busca tal sobrevivência empurrando aos “de baixo” o

passivo da falência do neoliberalismo – negando-lhes, da maneira mais radical, toda e qualquer possibilidade de organização autônoma. E que o bolsonarismo é, portanto, um neofascismo.

Tal surgimento tardio – e inédito – do neofascismo como um movimento de massa no Brasil do primeiro quarto do século XXI, aponta para um fato que já havia sido estabelecido por Trotsky, um século antes, até antes da emergência do fascismo: o de que a sobrevivência continuada da pequena burguesia, sobre a qual os marxistas reformistas contavam – e contam – para assegurar um processo de reformas pactuadas do capitalismo, que tornaria uma ditadura revolucionária mais ou menos supérflua,

de fato aguçou ao último grau a crise revolucionária da sociedade burguesa. Se a proletarização do campesinato e da baixa classe média viesse realizando-se de forma quimicamente pura, a conquista pacífica do poder pelo Proletariado, através do aparato democrático-parlamentar, teria sido muito mais provável do que podemos imaginar. (Trotsky, 2007, p. 36).

A pequena burguesia não é **materialmente** atrasada; ela sobreviveu – e, com ela, seu peso eleitoral – dinamicamente por todo o século XX, e além. Nem ela será, necessariamente, “inculta”, ou tecnologicamente retrógrada; apenas, sua disposição *ideológica* espontânea é de olhar “para trás”. Ela foi capaz de assumir funções econômicas inteiramente novas – mas sempre ao preço de uma subordinação “molecular” ao imperialismo (Trotsky, 2007), dependência esta que a fixou numa disposição basal reacionária, que a converterá – como sumarizou Trotsky, finalmente, em 1938 – na expressão mais **móbida** da luta de classes na sociedade burguesa (Trotsky, 2002) – a de uma *ultima ratio regis*, um último recurso de que a burguesia pode lançar mão para liquidar a fatura.

Quando um intelectual reformista inflexível, do naipe do pai fundador do “marxismo analítico” Adam Przeworski, escreve num diário público que o surto autoritário do segundo governo Trump – e, dentro desse surto, as medidas tomadas no sentido de desmantelar drasticamente a provisão de gastos e serviços públicos – basicamente o pegou totalmente desprevenido – já que, para ele, a possibilidade de que a democracia liberal morresse num país desenvolvido era próxima a zero –, como Laplace, ele não tinha necessidade de tal hipótese (Przeworski, 2025) – então, há de se convir que as coisas vão bem mal, e não apenas para o paradigma de pesquisa de Przeworski e sua escola.

Diante disso – o que fazer?

Conclusão: *Officium, -i*: a responsabilidade e o que lhe compete.

“Itaque se quod in longiorem diem conlaturus fuisset repraesentaturum et proxima nocte de quarta, vigilia castra moturum, ut quam primum intellegere posset utrum apud eos pudor atque officium an timor plus valeret” – versão no original em latim de “Portanto, aquilo que estava agendado para os

próximos dias – mover o campo – ele o faria na quarta vigília da próxima noite, para que pudesse primeiramente saber, se lhes importava mais a honra e o dever, ou o medo” (César, 1967, p. 11).

Vem a propósito essa citação dos *Comentários* – que eu tinha na memória por conta de um comentário de um erudito como Otto Maria Carpeaux (Carpeaux, 1967) – para fins de uma resposta à pergunta anterior. Efetivamente, a esquerda se defronta a um transe para o qual o processo histórico não a preparou: as mesmas razões que suscitaram a horda neofascista são as que determinam que não existe uma legião proletária bem organizada para opor a essa horda. Só que a História não se faz por encomenda, e há situações nela nas quais o que incumbe ao ator é precisamente a passagem ao ato, o avançar ao encontro do próprio medo para que possa recobrar a capacidade da agência e do cumprimento de sua responsabilidade, de seu *Officium*.

É isso.

Referências

- ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. (Ed.). *Na contracorrente da história: documentos do trotskismo brasileiro, 1930-1940*. São Paulo: Sundermann, 2015.
- ARAÚJO, R. B. de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRACHER, K. D. *The german dictatorship: the origins, structure and consequences of National Socialism*. Londres: Penguin Books, 1991.
- CAETANO, M. L. M. *Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da pandemia na UERJ*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- CARPEAUX, O. M. César e seu livro. In: CÉSAR, J. *Comentários sobre a Guerra Gálica*. Tradução: Francisco Sotero dos Reis. [Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967]. p. 11-22.
- CÉSAR, J. *Comentários sobre a Guerra Gálica*. [Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1967].
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 2015.
- DIMITROV, G. *A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo*. Tradução: José Pedro da Silveira. [S. l.: s. n., 1935]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1935/fascismo/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- GERSCHENKRON, A. *Bread and democracy in Germany*. Los Angeles: University of California Press, 1943.
- GERSCHENKRON, A. *O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GUÉRON, R. *A vingança dos capatazes: o bolsonarismo como fascismo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2022.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução: Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Tradução: Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

LAMENTAÇÕES. In: BÍBLIA CATÓLICA. [S. l.]: Bíblia Católica Online, c2025. Localizável em: cap. 5, vers. 7. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/lamentacoes/5/>. Acesso em: 20 out. 2025.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LUKÁCS, G. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. Tradução: Nélia Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.

MANZO, B. P. *A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

MARX, K. *Capital*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978. v. 2.

MARX, K. *O capital: livro I: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. *The Eighteenth Brumaire pf Louis Bonaparte*. In: Fernbach, D. (Ed.). *Surveys from exile*. Harmondsworth: Penguin Books, 1977.

MOORE, B. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Harmondsdsworth: Penguin University Books, 1973.

PAXTON, R. O. *The anatomy of fascism*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2004.

POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRZEWORSKI, A. Diary. *Adam's Substack*, [s. l.], 19 fev. 2025. Disponível em: <https://adamprzeworski.substack.com/p/diary>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SAFATLE, V. *Só mais um esforço*. São Paulo: Vestígio, 2022.

SÃO MATEUS. In: BÍBLIA CATÓLICA. [S. l.]: Bíblia Católica Online, c2025. Localizável em: cap. 15, vers. 27. Disponível em: <https://www.bibliacatolica.com.br/biblia-ave-maria/sao-mateus/15/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, R. Neoatraso en el Brasil de Bolsonaro. *New Left Review*, [s.l.], n. 123, p. 29-42, jul./ago. 2020. Disponível em: <https://newleftreview.es/issues/123/articles/neo-backwardness-in-bolsonaro-s-brazil-translation.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SODRÉ, N. W. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

TROTSKY, L. *Noventa anos do Manifesto Comunista*. In: Marx, K.; Engels, F. *Manifesto comunista*. Tradução: Álvaro Pina, Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 159-168.

TROTSKY, L. *Terrorism and communism*. Londres: Verso Books, 2007.

TROTSKY, L. *The struggle against fascism in Germany*. Nova York: Pathfinder Press, 1977.

ZWEIG, A. *Das Beil von Wandsbeck*. Estocolmo: Neuer Verlag, 1947.